

Comércio: patrimônio do Brasil

ARQUIVO CORREIO

IPHAN O bairro do Comércio entrou na lista do patrimônio arquitetônico e histórico nacional. O título foi homologado ontem pela ministra da Cultura, Anna Maria Buarque de Hollanda, em publicação no Diário Oficial da União. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já havia aprovado o tombamento do bairro por unanimidade em 2008. A área tombada vai do casario elétrico, desde a Marinha, passando pelo Mercado Modelo e Largo do Cais do Ouro, chegando até a região do bairro do Pilar. Já a área do entorno, que também será protegida, vai desde a Baía Marina até Água de Meninos (porto), avançando sobre o mar até os antigos quebra-mares, englobando o Forte São Marcelo, já tombado pelo Iphan. Com o tombamento, a área do Comércio, na Cidade Baixa, passa a poder usufruir de linhas de crédito especiais, vinculadas ao Iphan, para revitalização e



Área passará a ter mais facilidade para conseguir financiamentos

restauro dos imóveis. “O bairro já estava sob proteção e vigilância especiais do poder público por força da Lei 3.289, de 1983”, declarou o superintendente regional do Iphan na Bahia, Carlos Amorim. Isso impedia construções que alterassem a visibilidade ou demolições feitas sem autorização do Iphan. Ontem, foi anunciado que o prédio da Associação dos Empregados do Comércio (Aecba), situado na esquina das ruas Chile e Tira Cha-

péu, na praça onde o governador Tomé de Souza decidiu construir a cidade do Salvador, em 1549, pode ser tombado como patrimônio do estado. O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) já finalizou as pesquisas, e o Conselho Estadual de Cultura (CEC) já analisou o dossiê que permitirá o tombamento, tão logo a Secretaria Estadual de Cultura (Secult) faça as últimas deliberações.

BRUNO WENDEL